

A Política para o Ensino Superior do Governo Lula: uma análise crítica

Patrícia Vieira Trópia¹

I. Introdução

Uma das artimanhas político-ideológicas colocadas em prática pelos governos neoliberais no processo de construção de sua hegemonia tem sido a apropriação de históricas bandeiras defendidas pela esquerda. Este é o caso da crítica ao caráter elitista das universidades públicas brasileiras. Não obstante, ao aludir aos supostos privilégios do ensino universitário no Brasil, os ideólogos neoliberais, longe de buscar sua real democratização, pretendem ocultar – por meio de ações pretensamente “inclusivas” e desenvolvimentistas – a natureza perversa e regressiva de suas propostas e, sobretudo, atrair o apoio dos setores populares. Na luta ideológica e teórica é preciso decifrar os interesses em jogo e os reais alcances das políticas, sob pena de apoiarmos mudanças e reformas que justamente reforçam e aprofundam as características mais negativas e perversas que se esperava superar.

O objetivo deste artigo é analisar a política para o ensino superior no governo Lula (2002-2007) como resultante de um processo político de alianças e embates de classes e frações de classes no Brasil, na atual fase do capitalismo neoliberal. Apesar de amplamente dominante, esta política encontra-se em disputa. Por isso analisar os interesses de classes em jogo constitui, para o pensamento crítico, uma tarefa teórica e politicamente necessária.

Antes de procedermos à exposição do tema proposto para este artigo, faz-se necessário apresentar os pressupostos de nossa análise, quais sejam: 1) As relações sociais são, invariavelmente, relações entre classes em presença e em disputa; 2) Toda política estatal resulta dos conflitos de interesses de classes e frações de classe em luta. Uma determinada política não resulta da vontade de indivíduos, como forjou a historiografia vulgar de cunho positivista, nem resulta da vontade de uma única classe. A partir da análise da composição das classes em uma situação concreta, é possível afirmar que há situações hegemônicas, ou seja, que uma das classes ou frações de classe consegue fazer com que seus interesses econômicos imediatos e exclusivos predominem sobre os interesses de outras classes e frações de classe. Mas esse predomínio resulta, invariavelmente, de um enfeixamento, da confluência dos interesses em disputa na cena política. Uma metáfora para representar esta concepção de política é a brincadeira “cabo de guerra”. Imagine-se não um “cabo de guerra”, mas vários feixes de “cabos”, cada qual sendo pressionado em uma direção, e a direção vitoriosa nunca é aquela inicialmente pretendida, mas a possível diante das forças aliadas, opostas e contrapostas; 3) A política educacional do governo Lula expressa, até o presente momento, a vitória das classes e frações de classe dominantes,

¹ Professora da Faculdade de Educação da PUC-Campinas e pesquisadora do Centro de Estudos Marxistas da Unicamp. Este texto foi elaborado inicialmente para a Semana da Pedagogia da UFSCar, organizada pela Coordenação do curso de Pedagogia e pelo Centro Acadêmico de Pedagogia, realizada entre os dias 10 e 14 de setembro de 2007.

em particular do capital financeiro, que contou, para conquistar esta hegemonia, com o apoio da burocracia estatal, *vis-a-vis* do Ministério da Educação, da burguesia nacional industrial, da nova burguesia de serviços, de alguns setores das classes médias, bem como de setores populares. Por sua vez, encontrou a resistência de alguns setores organizados (Conlutas, por exemplo) e de uma fração das classes médias: o funcionalismo público federal, especialmente.

Dividimos este artigo em duas partes: na primeira analisamos os principais eixos da política do governo Lula durante o período 2002-2007 e, na segunda, apresentamos algumas das orientações e posições defendidas por aquelas forças sociais na luta pela conquista de seus objetivos. Os interesses das frações burguesas e de algumas frações das classes médias convergiram para, e neste sentido apoiaram, a proposta de reforma do ensino superior brasileiro.

II. Primeira Parte

II.1 A política para o ensino superior no primeiro governo Lula (2003-2006)

A política do governo Lula para o ensino superior se iniciou com a constituição de um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) encarregado de analisar a situação do ensino superior no País e apresentar um plano de ação. O resultado do trabalho do GTI foi a produção de um relatório que se tornou público no final de 2003². Este documento fazia um diagnóstico até certo ponto catastrofista da situação da educação superior, em especial das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), dada a crise fiscal do Estado e a suposta incapacidade do Estado brasileiro de realizar novos investimentos. Esta crise não se restringiria apenas às IFES, mas também às instituições privadas, que, em função da expansão recorde durante o governo FHC, naquela conjuntura se encontravam “ameaçadas pelo risco de uma inadimplência generalizada”³ e de uma crescente desconfiança em relação à formação e aos diplomas⁴.

A urgência na adoção de medidas justificar-se-ia em função da meta de expansão de 30% das vagas no ensino superior – expansão acordada pelo Brasil e os Organismos Internacionais e definida

² BRASIL, Decreto de 20 de outubro de 2003.

³ Segundo Carvalho, “o crescimento da oferta de vagas foi mais acelerado que a evolução na procura pelas instituições particulares, reduzindo a relação candidato/vaga de 2,2 em 1998 para 1,6 em 2002. O esgotamento da expansão pela via privada fica ainda mais evidente quando se observa o percentual de vagas não preenchidas pelo vestibular nestas instituições. Enquanto em 1998, a proporção já era de 20%, em 2002, as vagas não preenchidas saltam para 37%.” Cristina Helena de Almeida Carvalho, “Política para o ensino superior no Brasil (1995-2006): ruptura e continuidade nas relações entre público e privado”. *XXIX Encontro Anual da ANPED*, Caxambu, 2006, p. 5. Para uma análise do relatório do GTI ver: Célia Regina Otranto. “A reforma da educação superior do governo Lula: da inspiração à implantação”. *XXVI Encontro Anual da ANPED*, Caxambu, 2002.

⁴ Lembremos que no início do segundo mandato do governo FHC, o papel do Conselho Nacional de Educação sofrera críticas tanto do setor privatista, quanto, inclusive, de dois intelectuais aliados a Fernando Henrique Cardoso: a antropóloga Eunice Durhan e o filósofo José Arthur Giannotti, os quais, na ocasião, criticaram a criação desmedida de instituições particulares, a abertura sem critério de novos cursos e as irregularidades cometidas pela maioria delas.

como meta pelo Plano Nacional de Educação⁵. Assim, sob o discurso de justiça social e de democratização do ensino superior, o GTI apresentaria as seguintes soluções para enfrentar a crise: a criação de um programa emergencial de apoio ao ensino superior, especialmente às universidades federais, e a realização de uma Reforma Universitária mais profunda. Esta reforma teria que perseguir quatro objetivos.

1) Ampliação do quadro docente e de vagas para estudantes: o governo estabeleceria uma meta para 2007 (chegar a 2,4 milhões de vagas no sistema federal). Esta meta seria atingida por meio da abertura de concursos nas IFES, mas também de algumas alternativas como a criação de novas bolsas da CAPES, para aproveitar professores aposentados e recém doutores nas atividades de ensino de graduação. Propunha também o aumento da carga horária dos professores em sala de aula, o aumento no número de alunos e a educação à distância.

2) Educação à Distância: de acordo com o relatório do GTI, a universidade pública brasileira, mesmo expandindo o número de vagas presenciais e considerando a ampliação de recursos, não teria condições de aumentar as vagas de forma maciça em curto e médio prazo, por isso a educação à distância seria a única forma de viabilizar a democratização do ensino. Um dos mais convictos apoiadores desta proposta era o então ministro da Educação, Cristovam Buarque, que no mesmo ano publicaria um livro, patrocinado pelo MEC e pela UNESCO, em que defendia a criação de uma “universidade aberta”⁶.

Esta ênfase no ensino à distância defendido como a única forma de encurtar o tempo necessário para, e viabilizar, a democratização do ensino superior ocultaria uma demanda das agências internacionais interessadas na abertura do mercado do ensino superior brasileiro para a concorrência internacional. Como a implantação do capital estrangeiro no ramo educacional não ocorre nas mesmas bases do capital industrial – pois a construção, criação e manutenção de universidades estrangeiras oneraria suas mantenedoras e tornaria o ensino um “mau negócio”, a perspectiva do ensino à distância torna-se, não apenas mas também, para esta fração do capital, economicamente, providencial⁷.

3) Autonomia Universitária: de acordo com o relatório do GTI, a superação da crise financeira que paralisa as universidades está condicionada à autonomia universitária, na realidade um eufemismo que oculta a proposta de desregulamentação didático-científica (como liberdade de flexibilizar currículos), financeira e administrativa (liberdade de captar e administrar recursos, definir prioridades e estruturas de gastos e planejamento). Segundo o relatório,

⁵ Vale lembrar que o Plano Nacional de Educação estabeleceria como meta que, ao menos, 40% das vagas no ensino superior seriam em instituições públicas, meta que foi vetada pelo, então, presidente Fernando Henrique Cardoso.

⁶ Cristovam Buarque *A universidade numa encruzilhada*. Brasil, MEC/Unesco, 2003, p.18.

⁷ Para uma análise da relação entre didática, recursos do ensino e economia capitalista, ver o excelente trabalho de Gilberto Luiz Alves. *A produção da escola pública contemporânea*. Campinas, Autores Associados, 2001.

“a autonomia deve conferir à universidade, de forma participativa e transparente, competência para dispor sobre sua organização administrativa, suas questões financeiras e suas políticas em matéria educacional, sem interferência de outros órgãos do Governo, nos limites constitucionais. A relação com o Governo e o Estado se daria no momento de sua avaliação, quanto aos aspectos da boa gerência, feita pelo TCU, e pelo Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior do MEC”⁸.

Propõe-se cobrar taxas de estudantes e facilitar a busca de recursos junto à iniciativa privada, cujos passos seriam a criação ou regularização das Fundações, vinculadas às Instituições de Ensino Superior (IES), e as Parcerias Público-privado. A autonomia financeira também seria garantida por meio da redução de pessoal, bem como da flexibilização nas formas de contratação de pessoal;

4) Financiamento: a dependência das universidades dos orçamentos públicos – sobretudo os constitucionais – constitui o principal problema na avaliação do GTI. Como parte dos recursos públicos destinava-se ao pagamento de salários e aposentadorias, as IFES não teriam como aportar recursos para recuperação de prédios, nem adquirir equipamentos novos, modernizar os laboratórios e atualizar acervo das bibliotecas para o ensino de graduação. Por isso, as propostas principais do GTI consistiam em conter gastos com folha de pagamento e viabilizar a entrada de recursos privados na IES.

Este diagnóstico realizado pelo GTI e as ações sugeridas foram, com breves alterações, incorporados às versões do Anteprojeto de Reforma Universitária, levadas ao público pelo então ministro Tarso Genro em 2004 e 2005. Ao encaminhar os anteprojetos para conhecimento e “discussão pública”, o governo Lula cumpriu um importante papel no processo de difusão ideológica, na medida em que pode, por assim dizer, testar o impacto das propostas ali apresentadas. Neste processo, alguns temas serviram como uma espécie de termômetro para o Ministério da Educação, tais como: a redução do papel do Estado a agente avaliador e regulador do ensino superior, o aumento da participação da sociedade – leia-se mercado – na definição dos projetos e investimentos públicos (parceria público-privada), a adoção de medidas afirmativas e de uma política de cotas para compensar o elitismo do ensino superior, o financiamento público para IES particulares e a flexibilização do sistema de ensino superior. Vulgarizada como uma medida democrática pelos seus proponentes, os anteprojetos de lei ocultariam objetivos conservadores e regressivos. Vejamos a posição de alguns analistas.

Os analistas do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) têm sido unânimes em apontar que os reais objetivos da Reforma Universitária – sob a aparência

⁸ BRASIL, *idem*.

de revitalizar as universidades públicas, regulamentar o setor privado e democratizar o acesso ao Ensino Superior – seriam: privatizar o sistema federal de ensino superior; restringir a autonomia das universidades públicas apenas à liberdade de captar recursos financeiros; garantir a total autonomia das IES privadas⁹; condicionar o repasse dos recursos ao desempenho (daí a importância do SINAES); cortar recursos, transferir aposentados e pensionistas da folha de pagamento das universidades para o Tesouro Nacional e captar recursos na iniciativa privada por meio das Fundações (daí as Parcerias Público-Privadas); abertura para o capital internacional no ensino. Segundo Leher¹⁰, os objetivos da reforma universitária seriam: consolidar o eixo privado como vetor do fornecimento da educação superior; reduzir o papel do Estado à condição de regulador do ensino superior; naturalizar a diferença entre os sistemas de ensino, reservando aos jovens das classes populares um ensino de qualidade inferior; transformar a universidade em organização de serviços demandados pelo capital metamorfoseados como inovação tecnológica; converter a educação tecnológica em um braço da ação empresarial; aumentar o controle governamental (produtividade, eficiência e ideológica, reguladas por meio da avaliação) e do mercado (financiamento e utilitarismo) sobre a universidade pública, inviabilizando a autonomia e, principalmente, a liberdade acadêmica.

Ao mesmo tempo em que os pressupostos e as versões do anteprojeto de lei eram debatidos por alguns segmentos da sociedade brasileira, a política estatal para o ensino superior era paralelamente implementada. Não nos cabe aqui analisar as razões desta defasagem entre o trabalho da frente política que assumiu a tarefa de propor o texto da reforma universitária e as ações governamentais que colocaram em prática – utilizando a figura política da Medida provisória – a Lei de Inovação Tecnológica, as Parcerias Público-Privadas, o Decreto que normatiza a Educação à Distância, além das medidas já adotadas para a Educação Profissional. Mas para atender às “pressões vindas do mercado” (abertura do ensino superior ao capital internacional, implementação de políticas que pudessem salvar as IES privadas do crescente déficit de candidatos e da inadimplência, reduzir os gastos públicos e garantir o superávit primário por meio da reestruturação do modelo de universidade pública), o governo Lula descartou os instrumentos políticos que teriam um caráter mais democrático.

Vejam, então, as principais ações políticas para o ensino superior no primeiro governo Lula.

⁹ Como veremos na segunda parte deste artigo, os interesses imediatos da nova burguesia de serviços estariam voltados para a liberdade de criar e extinguir cursos; fixar currículos; fixar objetivos pedagógicos; fixar número de vagas por curso; regular livremente projetos de pesquisa; conferir diplomas; estabelecer normas para admissão, exclusão e transferência de discentes/docentes/funcionários; fixar todo tipo de contratos e convênios. É preciso esclarecer, contudo que a desregulamentação defendida pela nova burguesia de serviços é, na realidade, uma ideologia, na medida em que esta mesma fração demanda intervenção do Estado, por exemplo, na criação de sanções e punições aos “mau pagadores”. Iniciativas têm sido tomadas para alterar a legislação educacional e permitir que inadimplentes que completem três meses sem pagar sejam impedidos de frequentar o ensino superior.

¹⁰ Apud Célia Maria Otranto. “Desvendando a política da educação superior do governo Lula”. *Revista Universidade e Sociedade*, ano XVI, nº 38, jun. 2006, p.18 a 39.

1) Prouni – Muito embora tenha enviado o Projeto de Lei do Prouni ao Congresso Nacional para tramitação, o governo Lula editou, em 10 de setembro de 2004, a Medida Provisória (MP) nº 213, que instituiu o Programa Universidade para Todos. Posteriormente, o Decreto nº 5.245, de 18 de outubro de 2004, regulamentou a MP e a Portaria nº 3.268, de 19 de outubro de 2004, estabeleceu os procedimentos para adesão das Instituições Privadas de Educação Superior ao Prouni. Em 2005, o Prouni foi transformado na Lei nº 11.096/05. Defendido por seus propositores como a mais democrática das ações do governo Lula, o Prouni estende a todas as instituições privadas (com ou sem fins lucrativos), que a ele aderirem, isenção de: Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social e Contribuição para o Programa de Integração Social¹¹.

Em 2005, primeiro ano de vigência do Prouni, aderiram 1.142 instituições privadas, ou seja 59% do total, enquanto em 2006 este índice foi de 57,6% – o que equivale a 1.232 IES¹². A pronta resposta das IES privadas ao Prouni pode ser compreendida pelos benefícios financeiros advindos da renúncia fiscal. Muito embora tenha incentivado, o governo também inviabilizou, ao estabelecer alguns regulamentos, que outras IES aderissem ao Programa – o que de resto gerou fortes e orgânicas reações por parte das entidades representativas das instituições de ensino particulares, como veremos na segunda parte deste artigo.

2) O SINAES – Instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, com o objetivo de conduzir o processo de avaliação da educação superior e definir as regras para autorização de IES e de cursos, o SINAES reforçaria o papel do Estado como regulador do sistema. O seu objetivo oculto é ajustar a educação superior brasileira às exigências de avaliação inseridas nos documentos emanados dos organismos internacionais, de forte cunho quantitativo e competitivo. Supostamente um indutor do aumento da qualidade de cursos e fiscalizador das instituições particulares, o SINAES serviria, na realidade, para coagir as IES a se adequarem ao modelo que está sendo implantado.

3) A Lei de Inovação Tecnológica – Aparentemente democrática e de estímulo à arrecadação de novos recursos, esta Lei acaba incentivando a criação de nichos privilegiados que recebem recursos para seus grupos, mas não para a universidade pública que cede espaço físico, laboratórios, equipamentos (o investimento mais oneroso) e os próprios pesquisadores. Conforme o texto da Lei 10.973, de 2004, as Instituições de Ciência e Tecnologia poderão:

¹¹ Segundo Otranto, casos estes recursos derivados da perda de impostos e pagamentos das bolsas fossem direcionados às universidades federais, novos professores poderiam ser contratados e todos os cursos de graduação poderiam ser oferecidos no horário noturno. A tendência seria chegar, em três ou quatro anos, a 1 milhão de novas matrículas nas universidades públicas e não às 120 mil bolsas prevista pelo Prouni. Ver: Célia Regina Otranto. “A reforma da educação superior do governo Lula: da inspiração à implantação”. *XXVI Encontro Anual da ANPED*, Caxambu, 2002.

¹² Segundo dados divulgados pelo MEC, em 2005, a renúncia fiscal – gerada pelas isenções – foi de R\$106.000 mil, em 2006, de R\$ 114.000 mil, e em 2007 de R\$126.000 mil.

I – compartilhar seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações com microempresas e empresas de pequeno porte em atividades voltadas à inovação tecnológica, para a consecução de atividades de incubação, sem prejuízo de sua atividade finalística;

II – permitir a utilização de seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações existentes em suas próprias dependências por empresas nacionais e organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa, desde que tal permissão não interfira diretamente na sua atividade-fim, nem com ela conflite.

Outro aspecto que chama a atenção é a possibilidade de pagamento dos pesquisadores civis e militares pelo seu envolvimento em projetos patrocinados pela Lei – o que garante o recebimento de recursos para os grupos de pesquisa que despertem interesse das grandes empresas por meio dos Fundos Setoriais, mas não para a Universidade, e que mina, ainda mais nestas áreas, os laços de solidariedade trabalhista e profissional. Em uma conjuntura de desregulamentação dos direitos trabalhistas e de contenção salarial, para cientistas das áreas tecnológicas, a Lei atrai pelo seu apelo financeiro (renda extra) e ideológico, na medida em que converte o docente em “empreendedor” e “empresário”, cujo capital é, diga-se de passagem, o patrimônio público. Além disso, são previsíveis as conseqüências para as áreas de pesquisa básica e nas ciências sociais e humanas – que são atrativas apenas quando rebaixadas ao patamar da produção meramente ideológica. Trata-se, portanto, de mais uma medida que institucionaliza o controle do mercado sobre a pesquisa científica, bem como a privatização da pesquisa universitária.

4) As Parcerias Público-Privadas (PPP) – As Parcerias Público-Privadas foram regulamentadas pela Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que “institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública”. Segundo Lopreato, as PPPs “foram pensadas para fazer os investimentos que o setor público deixou de realizar porque tem que gerar o superávit primário exigido na manutenção da sustentabilidade da dívida que o mercado requer”¹³. Criadas para toda a administração pública direta e indireta, os contratos de parceria reservam ao Estado a função de distribuidor e pagador, enquanto ao parceiro privado (nacional ou internacional) cabe gastar, contratar obras e serviços e gerir o projeto.

5) Educação à Distância – Em dezembro de 2005, já na gestão Fernando Haddad, o governo Lula assinou o decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, regulamentando a oferta da educação à distância no Brasil. Este Decreto, em conjunto com a Lei das Parcerias Público-Privadas, consolida a abertura do mercado educacional brasileiro ao capital estrangeiro. Mais uma vez o Governo se antecipa à “Reforma Universitária”, sem o crivo parlamentar e sem o debate com a comunidade acadêmica.

¹³ Francisco Lopreato. “Finanças Públicas, PPP e Universidade”. *Caderno ADunicamp*, fevereiro de 2005, p. 9.

II. 2 A política para o ensino superior no segundo governo Lula

No primeiro ano do segundo mandato, o governo Lula intensificou o processo de mudanças no ensino superior, consagrando a visão mercantil, utilitarista e regressiva. Mercantil porque consagra a visão da educação como uma mercadoria; utilitarista pois tão somente voltada ao mercado de trabalho e à empregabilidade; regressiva pois significa um retrocesso em termos científicos e culturais para a educação e a cultura brasileiras – aumentando a dependência cultural e científica do País relativamente aos países centrais.

A publicação do PDE, a criação da REUNI, da Universidade Aberta, da Universidade Nova e recentemente do Banco de professores-equivalente constituem um conjunto de medidas voltadas ao que podemos chamar de desmonte do modelo de universidade pública brasileira e sua substituição por variados modelos de formação superior.

Neste primeiro ano, vem se difundindo a concepção de que o modelo de universidade, fundado na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é caro, está falido e precisa ser diversificado. Esta diversificação foi consagrada pela LDB que criou quatro tipos de instituições de ensino superior e definiu regras, condições e funções diferentes a cada uma delas. Com as propostas em curso, os modelos de graduação que tendem a se expandir são os de graduação mais curta, profissionalizante, técnica e generalista¹⁴. Os determinantes desta tendência encontram-se no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo e da divisão internacional do trabalho, que impõe, aos países da periferia do capitalismo, o lugar de consumidores e não de produtores de ciência e tecnologia.

As universidades de pesquisa, aquelas que demandam alto investimento, corpo docente qualificado e com dedicação exclusiva, só poderão existir em pequeno número (os centros de excelência) e para atender aos interesses da produção (Lei de Inovação Tecnológica e PPP). Por sua vez, é atribuído um papel ideológico ao ensino superior – possível em uma conjuntura de desemprego estrutural. Este papel é o de servir de instrumento de coesão social¹⁵.

Passemos agora às ações estatais para o ensino superior:

1) O Plano de Desenvolvimento da Educação – Defendido pelo presidente Lula durante a cerimônia de assinatura dos atos normativos “como o Plano mais abrangente já concebido neste País para melhorar a qualidade do sistema público e para promover a abertura de oportunidades iguais em educação”, o PDE, lançado em abril de 2007, é um conjunto de 28 ações. Entre as mais polêmicas estão aquelas relacionadas às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e à formação de professores. O aspecto mais polêmico da ação relativa às IFES não é a proposta de duplicação do número de vagas. Esta é uma medida importante e democrática. Mas ela vem acompanhada de um

¹⁴ *Cadernos ANDES*, nº 25, agosto de 2007.

conjunto de pré-condições, como por exemplo a flexibilização dos cursos e a redução do custo por aluno. Ou seja, as Universidades que aderirem ao Programa de Reestruturação das Universidades (REUNI) terão suplementação financeira desde que – abrindo mão de sua autonomia – adotem o polêmico modelo de ensino superior flexível. Outra ação polêmica é a contratação de professor equivalente, medida que desregulamenta tanto a forma de seleção quanto de contratação de professores.

Flexibilização curricular e trabalhista, racionalização de recursos e ensino à distância como forma de democratização do acesso e de formação de professores são também os pressupostos que vêm sendo defendidos para a implantação do Programa de Reestruturação das Universidades Federais, o REUNI, da Universidade Aberta, do Banco de professores-equivalentes, bem como a proposta de implantação da Universidade Nova. Vejamos.

2) REUNI – por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, o governo Lula instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, cujo objetivo é “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.” Sua meta é “a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano”¹⁶. Além desta meta, cujo pressuposto é a racionalização dos gastos públicos, por meio do aumento do número de concluintes e do número de alunos, por professor, o decreto tem como meta a reorganização dos cursos de graduação. Entre as diretrizes do Programa está a diversificação das modalidades de graduação, que podem ser mais bem compreendidas por meio da proposta de Universidade Nova.

3) Universidade Aberta – O decreto nº 5.800, de junho de 2006, instituiu o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação à distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País. Os objetivos explícitos da UAB são:

“oferecer cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica; oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento; ampliar o acesso à educação superior pública; reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País; estabelecer amplo sistema nacional de educação superior à distância; e fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação à

¹⁵ *Cadernos ANDES*. Idem.

¹⁶ Brasil, Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação”¹⁷.

Estes objetivos ocultam que a transformação da educação superior em um crescente e lucrativo negócio exige a redução de custos, o que implica inserir o ensino à distância nos cursos de graduação. Ocultam, neste sentido, os interesses do capital estrangeiro em investir diretamente na educação superior brasileira. Bastante polêmica é, neste sentido, a ênfase na modalidade à distância para formação de inicial e continuada de professores, na medida em que a queda na demanda pelas licenciaturas, seja em universidades públicas ou particulares, pretende ser enfrentada por meio da formação à distância.

4) Banco de professores-equivalente – A Portaria Normativa Interministerial, nº 22 de 30 de abril de 2007, definiu as regras para composição do banco de professores-equivalente. O Banco de professores-equivalente corresponderá à soma dos professores efetivos e substitutos em exercício na universidade. A portaria faculta às universidades federais a realização de concurso público para prover os cargos de professor de terceiro grau, faculta a contratação de substitutos, ou seja quebra, mais uma vez, o estatuto do servidor público e flexibiliza a forma de contratação.

5) Universidade Nova – A proposta da Universidade Nova até o presente momento não foi aprovada oficialmente. Dois documentos são importantes para conhecermos quais são os pressupostos e as idéias que a animam. O primeiro é o texto “Universidade Nova: reestruturação da arquitetura curricular na Universidade Federal da Bahia – minuta de anteprojeto” e o segundo é o documento não-oficial “Plano Universidade Nova de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras”. O primeiro documento, após exposição da história das universidades no mundo e no Brasil, apresenta o modelo norte-americano e o novo modelo europeu – identificado como modelo da Universidade de Bolonha – e compara-os ao existente no Brasil. A Universidade Nova resultaria da confluência destes modelos, que têm em comum a divisão do ensino superior em dois ciclos – um generalista (de 2 a 3 anos), não necessariamente propedêutico, e outro profissionalizante. Segundo analistas do ANDES, quando confrontada ao modelo de política econômica, voltada ao permanente contingenciamento de recursos, e à escassez de vagas na etapa profissionalizante, “o Ciclo Básico ranqueador instalado se tornaria, indubitavelmente, um mecanismo adicional de exclusão social”¹⁸. Basicamente, a proposta de Universidade Nova consiste em substituir os exames vestibulares pelo ENEM e pela criação de um ciclo básico de três anos dentro do ensino superior, que dará uma formação geral ao estudante garantindo-lhe um “bacharelado interdisciplinar”. Somente após completar este ciclo é que o aluno optaria pela carreira que desejasse cursar – se ainda desejar uma carreira superior. Além da reestruturação curricular, a Universidade Nova teria como metas, entre outras, o

¹⁷ Brasil, Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006.

¹⁸ *Cadernos ANDES*, idem, p.22.

aumento dos índices de aprovação nas IES, definido em 90%, e o aumento das cotas e ações afirmativas para alunos negros e carentes.

Um outro aspecto que deve ser destacado é o de que a Universidade Nova, na medida em que tem os modelos norte-americano e europeu como referência, pretende tornar o ensino superior brasileiro compatível à mobilidade externa, bem como à entrada de investimentos estrangeiros no País. Afinal, com currículos e modelos de formação semelhantes, rompe-se uma das barreiras à entrada do capital externo.

Sublinhemos, então, antes de passarmos à segunda parte deste artigo, as duas principais linhas ideológicas utilizadas pelos membros do governo Lula na legitimação de suas propostas: a suposta falência e o elitismo do atual modelo de universidade pública, bem como a necessária democratização do acesso ao ensino superior. Por meio destas duas linhas, procurou-se legitimar todas as ações implementadas para o ensino superior. Mas, quais os reais interesses das classes e frações de classe frente a tais ações?

III. Segunda Parte

III. 1 O ensino superior no Governo Lula e as classes e frações de classe em disputa

Como as diferentes classes e frações de classe apóiam, assimilam ou rejeitam as políticas do governo Lula para o ensino superior? Para responder a esta questão, analisaremos algumas orientações e posições das frações da burguesia, das classes médias e dos setores populares diante da política em curso para o ensino superior.

III.1.1 O ensino superior e os interesses da fração financeira do capital

A fração financeira do capital tem se beneficiado duplamente pela política neoliberal. Por um lado, esta fração da burguesia, que havia se beneficiado com a política de abertura econômica, redução de gastos sociais, privatização de empresas e serviços públicos e desregulamentação das relações de trabalho (flexibilização na contratação e reforma da previdência), implementada durante o governo FHC¹⁹, têm seus interesses gerais preservados com a atual política econômica do governo Lula de produção de superávit primário para pagamento da dívida externa ou de contingenciamento de recursos, por meio do Plano de Aceleração do Crescimento. Representada pelos organismos internacionais como o Banco Mundial, esta mesma fração do capital procurou submeter os países periféricos e endividados às políticas de ajuste estrutural, vale dizer, políticas econômicas que viabilizaram a abertura econômica e o aumento da dependência da Brasil²⁰. Por outro, o capital

¹⁹ Armando Boito Jr. *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Xamã Editora, 1999.

²⁰ Roberto Leher. *Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para “alívio” da pobreza*. São Paulo, SP: USP, 1998, p. 136. (Tese de Doutorado).

financeiro também se beneficia na medida em que, desde 1990, alguns programas e ações derivados de políticas educacionais dependem, para se viabilizar, de acordos e contratos de empréstimos com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) ao País – o que exemplifica a função propriamente financeira do BID, mormente travestida de “apoio ao combate à pobreza”²¹. Segundo Silva, no período 1987-1994, os empréstimos realizados pelo Banco Mundial para a educação passaram de 2% para 29% do total²².

Por sua vez, passam a ser criadas instituições financeiras voltadas exclusivamente para o setor educacional²³, bem como se observa o crescimento de linhas de crédito e financiamento para alunos (para pagamento de mensalidades) e professores (antecipação ou pagamentos de salários em atraso) – o que evidencia que esta fração ganha com os efeitos mais perversos da expansão de vagas e das próprias IES particulares²⁴.

III.1.2 O ensino superior e os interesses da nova burguesia de serviços

A burguesia de serviços não é uma fração do capital nova no Brasil, mas ela vem se expandindo desde a ditadura militar. Com o advento do neoliberalismo, este setor do capital vem crescendo exponencialmente, sobretudo a partir de 1995. Como a origem da nova burguesia de serviços está, em grande medida, no capital comercial, este segmento tende a conceber o ensino superior como mera mercadoria, como mero valor de troca. O que isso significa? Que cursos não rentáveis não são criados; áreas do conhecimento são desconsideradas; o sentido crítico iluminista da universidade se esvazia; a universidade se torna operacional.

A nova burguesia de serviços no campo da educação cresceu com a política neoliberal de redução de gastos sociais e de privatização, assumindo, portanto, funções sociais relegadas pelo Estado. Esta fração do capital está organizada em torno do *Fórum Nacional da Livre iniciativa na Educação*. Este Fórum – uma espécie de *Think thanks* da educação – congrega 25 entidades representativas e mantenedoras do setor educacional privado com o objetivo de influir na reforma da educação superior. Dentre os documentos publicados pelo *Fórum*, um especialmente reflete as concepções e os objetivos imediatos deste segmento das classes dominantes. Vejamos.

²¹ Para uma análise da natureza financeira dos programas PROEP e PROMED, ver a tese de doutorado de Roberto Antonio Deitos. *O capital financeiro e a educação no Brasil*. Campinas, 2005.

²² Silva, Maria Abádia da. *Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial*. Campinas, SP: Autores Associados: São Paulo: Fapesp, 2002, p. 102.

²³ Em 2001, foi criada a empresa Ideal Invest voltada ao financiamento de recursos para expansão e melhorias das instituições de ensino superior através de linhas de crédito, com investimento de 7 milhões de reais. Em 2003, esta empresa lança o Programa de Crédito Estudantil Ideal Invest para financiar mensalidades atrasadas, em curso e futuras.

²⁴ O FIES – Programa de Financiamento Estudantil – do governo federal, gerenciado pela Caixa Econômica Federal, financia atualmente até 50% das mensalidades em mais de 1.400 IES particulares. Encontra-se em tramitação uma proposta de financiamento de 100% das mensalidades.

O documento intitulado “Agenda Positiva”, de julho de 2005, encaminhado ao MEC pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) e pelo Sindicato das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior no Estado de São Paulo (SEMESP), propunha a alteração de vinte e quatro pontos que estariam estrangulando o setor privado, das quais destacamos algumas.

1. Excesso de normas regulamentadoras – solicita-se que seja vedado ao executivo o poder de estabelecer regulamentos (desregulamentação) do ensino superior, em particular solicita a supressão da prerrogativa de reconhecer e renovar o reconhecimento das IES.
2. Revogação do artigo 20 do decreto 3.860/01. Este referido decreto determina a apresentação de certidões negativas de débitos fiscais para reconhecimentos de cursos nas IES. Vista como uma fiscalizadora, esta medida é contestada por seu caráter supostamente interventor e prejudicial aos alunos que teriam seus diplomas impedidos de serem emitidos.
3. Revogação das portarias 1.670/94 e 1.120/1997, que dispõem sobre a obrigatoriedade de publicação de currículos e edital de processo seletivo – considerado oneroso e desnecessário.
4. Lei sobre anuidade escolar – Lei nº. 9.870/97. Esta lei é criticada pelas mantenedoras por supostamente estimular a inadimplência, na medida em que garante direitos anuais dos alunos. As mantenedoras defendiam a rescisão contratual e a não entrega de diplomas, caso os alunos ficassem mais de dois meses inadimplentes.
5. Nova qualidade do ensino superior – Essa visão tem como imperativo a adoção de mecanismos inovadores de gestão e de reorganização das instituições de educação superior, cujo foco é a promoção do ensino de massa diferenciado para atender as economias modernas que ficam cada vez mais dependentes de conhecimentos intensivos; portanto, dependem mais dos graduados do ensino superior, que constituem uma “massa de trabalho pensante”. A instituição de ensino superior tem o compromisso de formar não somente bons profissionais em busca de emprego, mas também criadores de empregos em mercados de trabalho mutantes.
6. Duração da hora/aula. As mantenedoras contrapunham-se à proposta de hora aula de 60 minutos – medida que, se aprovada, poderia gerar aumento de carga horária dos cursos e aumento de salário de professores.
7. Utilização do Fundo de Garantia por tempo de serviço. Apoiavam uma proposta de utilização do FGTS para pagamento de mensalidades escolares – quando se sabe que este fundo pode ser historicamente utilizado em casos de demissão ou para construção de casa própria ou no caso de enfermidades graves.

8. Limitação de alunos por sala de aula. As mantenedoras se opunham à qualquer medida que limitasse o número de alunos por sala nas disciplinas teóricas. Alegaram que a redução ou limitação do número de alunos por sala elevava os encargos educacionais.

A análise crítica do documento “Agenda Positiva” permite-nos compreender quais são as expectativas e os interesses imediatos deste segmento frente à política para o ensino superior. Os interesses da nova burguesia de serviços estão direcionados à redução da esfera de intervenção do Estado no ramo educacional. Esta fração do capital focaliza sua crítica, sobretudo, à função reguladora do Estado brasileiro, em particular do Ministério da Educação, como podemos concluir:

“O MEC tem extrapolado no seu poder de regulação ao condicionar a avaliação institucional e de cursos à comprovação da regularidade fiscal, restringindo, assim, o princípio da livre iniciativa e confundindo a entidade mantenedora (associação, fundação e sociedade) e a entidade mantida (Universidades, Centros Universitários, Faculdades Integradas, Faculdades, Institutos Superiores de Educação e Centros de Educação Tecnológica). (...)

Em face dos princípios da livre iniciativa (liberdade de organização e de concepção da estrutura organizacional), a aprovação de modificações nos estatutos e regimentos das instituições de ensino é de estrita competência de seus órgãos colegiados, aprovados pela entidade mantenedora. Os atuais procedimentos do Ministério da Educação, ao exigir que as modificações desses documentos sejam encaminhadas para sua aprovação, têm conduzido a uma situação insustentável pela demora de anos, prejudicando instituições e alunos”.²⁵

Mas é preciso considerar que esta crítica à política do governo Lula é pontual e ideológica. Este segmento tem se beneficiado com taxas de lucro nada desprezíveis. Segundo dados divulgados pelo jornal *Folha de S. Paulo*, o setor educacional movimenta por ano cerca de R\$ 15 bilhões, com margem de lucro líquida que variou nos últimos anos entre 18% e 7,7% ao ano²⁶. Segundo estudo encomendado, pela ABMES, à Hoper Marketing Educacional,

“as oportunidades são muitas e o ensino segue sendo um ótimo negócio. No entanto, estamos chegando ao fim do “ciclo de ouro” da expansão do ensino superior privado e com isso aproxima-se o “momento da verdade”. **A abundância na demanda fazia com que os erros e o amadorismo da gestão fossem sendo encobertos pela grande quantidade de captação de novos alunos.** Algumas IES fizeram dívidas para serem pagas com o grande aumento na quantidade de alunos que acreditavam iriam ter todos os anos. Agora a realidade é outra e iremos finalmente ficar sabendo quem veio para ficar”.

Apontada como um dos entraves ao aumento da lucratividade do setor, a intervenção estatal por meio de regulamentações é, como pudemos verificar, criticada como nefasta. Mas, esta posição não

²⁵ Fórum Nacional da Livre Iniciativa na Educação. “Agenda Positiva”, 7 de julho de 2005. Ver: <http://www.forumdeeducacao.org.br/documentos/documentos.asp>. Site consultado em 15 de setembro de 2007.

²⁶ Jornal *Folha de S. Paulo*. “Com lucro em queda, universidades mudam”, 05/02/2006.

é doutrinária; na realidade ela oculta que a “livre iniciativa econômica” nunca pode, nem poderá jamais, sobreviver sem o intervencionismo estatal que, no limite, defende a propriedade privada, sanciona e pune os “maus pagadores”, entre outros instrumentos legais. Por sua vez, a nova burguesia de serviços, tanto quanto pode e logo que se viu em apuros diante do aumento da inadimplência, aderiu ao Prouni, buscando nos cofres públicos um incentivo à livre concorrência.

III.1.3 O ensino superior e os interesses da burguesia industrial

O outro segmento da burguesia nacional interessado na reforma é a burguesia industrial. A burguesia industrial nacional tem, não obstante, uma concepção algo diferenciada sobre as funções do ensino superior. Esta fração não aceita a privatização total da educação superior. A burguesia industrial nacional tem procurado pressionar os governos nacional e estadual pela manutenção das universidades públicas de excelência – os centros de excelência – para produção de Ciência e Tecnologia para o país como uma forma de atender aos seus interesses imediatos – ou seja que a universidade produza ciência e tecnologia para a produção. Esta demanda da burguesia industrial não é recente. Como evidencia Rodrigues, a criação do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) em 1969, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), teve por objetivo “promover a integração universidade-indústria”²⁷. Criado a partir da recomendação do Grupo de Trabalho da reforma universitária de 1968, o IEL procurou induzir os interesses da burguesia industrial nas universidades brasileiras, por meio da formulação do perfil técnico profissional e de investimentos diretos em pesquisas científicas e tecnológicas. De lá para cá, esta dupla estratégia não foi abandonada. Rodrigues analisa algumas publicações do IEL, onde são expressas as concepções e preocupações dos industriais brasileiros com o do ensino superior. Dentre tais preocupações está a avaliação de que o modelo de universidade pública constitui um entrave à competitividade. Mas o que interessa à burguesia industrial não é o fim do modelo de universidade pública, tal como apontam os representantes da burguesia de serviços e da burguesia financeira. À fração industrial interessa a manutenção da universidade pública de pesquisa, porém subordinada aos interesses da indústria. Neste sentido, é criticada a transferência irresponsável de recursos públicos para quaisquer particulares. Defende-se que o repasse de recursos às universidades de excelência, isto é àquelas voltadas à produção de ciência produtiva e tecnologia, esteja subordinado à garantia de participação direta das empresas no processo de decisão sobre alocação dos recursos. Mas o aspecto que mais chama atenção é a escolha do parceiro preferencial da burguesia industrial: as instituições públicas²⁸. São estas instituições que têm as condições, históricas e estruturais, para a produção de conhecimento e que permitem a reversão ou transferência do conhecimento socialmente produzido e produtivo para a indústria nacional.

²⁷ José Rodrigues. *Os empresários e a educação superior*. Campinas. Autores Associados, 2007, p. 34.

Assim, o que é um fim para a nova burguesia de serviços – a mercantilização da educação – é para a burguesia industrial um meio – ou seja, uma forma estratégica de buscar a valorização do capital através de novas técnicas e tecnologias.

III.1.4 O ensino superior e os interesses das classe médias

Nossa hipótese é a de que a política para o ensino superior tem o apoio das frações da classe média. A criação do programa “Universidade para todos”, apesar de focalizado, baseado na compra de vagas em universidades particulares em troca da isenção fiscal – seja das IES sem fins lucrativos (isenção fiscal), seja as denominadas filantrópicas (isenção previdenciária) – tem atraído aqueles segmentos das classes médias excluídos historicamente das universidades públicas. Tomemos a posição de duas entidades de classe média em relação à política do governo Lula para o ensino superior: O UNE – União Nacional dos Estudantes – e o MSU – Movimento dos Sem Universidade.

Muito embora tenha como tônica a defesa da expansão do ensino superior público, o Movimento dos Sem Universidade apóia a política do Prouni e a de cotas. O Prouni “é uma idéia e conquista do MSU” afirmam seus dirigentes. O MSU surgiu em 2000, vinculado aos cursinhos populares, alguns deles articulados ao movimento estudantil. Os objetivos do MSU são a

“luta pela democratização da universidade e pela transformação cultural do Brasil. (...) O MSU surgiu da organização dos Cursinhos Populares, do ativismo social da Pastoral da Juventude do Meio Popular e da Pastoral da Juventude, do movimento Hip-Hop organizado, dos movimentos de educação popular, da participação de estudantes e educadores da rede pública e de universidades brasileiras e dos lutadores e lutadoras do movimento social”²⁹.

A condição de classe média de seus integrantes, aliada à influência católica e, portanto, humanista, ajudam a compreender os limites deste movimento social. Teoricamente, o MSU defende uma perspectiva culturalista, típica da abordagem pós-moderna sobre os novos movimentos sociais³⁰.

Já a União Nacional dos Estudantes tem funcionado como classe apoio à proposta de “reforma universitária” do governo Lula. É possível dizer que, além do apoio, a UNE portou-se como entidade militante e de convencimento ideológico em torno dos benefícios da proposta de reforma universitária. Por meio da “Caravana da UNE pelo Brasil”, os dirigentes da entidade percorreram o País e difundiram as supostas vicissitudes da reforma: a regulamentação do ensino privado, com foco nas mensalidades, ampliação de vagas públicas, garantia de mais verbas do orçamento federal da educação para o ensino superior público e a destinação de mais recursos para a assistência estudantil. Embora

²⁸ José Rodrigues. Idem, p. 57.

²⁹ Ver: <http://www.msu.org.br/index.htm>. Site consultado em 15 de novembro de 2007.

³⁰ Patrícia Vieira Trópia. “A inserção de classe dos trabalhadores não-manuais: um debate com a bibliografia marxista sobre a classe média”. *XXX Encontro Anual da ANPED*, Caxambu, 2007.

critique a mercantilização da educação superior, por meio da campanha “Nossa educação não está a venda”, esta crítica está centrada no risco à desnacionalização da educação.

A presente política que consolida 1) a expansão da privatização do ensino superior, 2) o desmonte do modelo único de universidade pública, 3) os centros de excelência, e 4) a hierarquia entre as IES, ou seja a coexistência de instituições de ensino superior de vários tipos (centros de excelência, cursos de caráter técnico, profissionalizante ou generalista) encontra, como dissemos, o apoio de amplos setores das classe médias. Mas as razões que levam as frações da classe média a convergir no apoio à política para o ensino superior são bastante distintas. Enquanto a baixa classe média – que se encontra em uma situação de desvantagem na concorrência pelas vagas nas universidades públicas e por isso anseia pela justa ampliação do ensino superior – tem uma posição ambígua – ora de apoio à ampliação de vagas nas instituições públicas, ora de apoio à expansão de vagas nas particulares – seja por interesse imediato, seja por ressentimento de classe –, a alta classe média apóia a presente política para o ensino superior justamente por que ela dualiza, e neste sentido, distingue, a seu favor, os diplomas, o que de resto lhe garante as melhores oportunidades no mercado de trabalho. Segundo Boito Jr.,

“a alta classe média tem razões econômicas para ver com bons olhos essa nova cidadania que cria uma dualidade, em áreas como saúde, educação e previdência, entre, de um lado, um ramo público decadente, voltado para os trabalhadores de renda baixa, e, de outro lado, um ramo privado em expansão, voltado para a burguesia e demais setores de alto rendimento. Essa cidadania dual reproduz a posição privilegiada ocupada pela alta classe média, assegurando-lhe, por exemplo, melhor formação escolar e uma espécie de reserva de mercado dos postos de trabalho mais bem remunerados”³¹.

Até aqui, evidenciamos que o apoio das frações da burguesia e das classes médias à política para o ensino superior do governo Lula é um apoio interessado. Ou seja, há, em maior ou menor grau, aspectos da política que satisfazem aos interesses destes segmentos sociais. Mas e os setores populares? Quais seriam, finalmente, as razões do impacto desta reforma entre os setores populares?

Uma das razões do impacto desta reforma entre os setores populares, inclusive organizados, é o Programa Universidade para Todos. Seus defensores procuraram e tiveram êxito ao difundir que o Prouni era a mais democrática e revolucionária das propostas para o ensino superior. Souberam, ao mesmo tempo, minimizar o fato de que este programa repassa recursos públicos de monta para as instituições privadas, por meio da renúncia fiscal. Neste processo de difusão e ocultação, os defensores do Prouni atraíram mesmo aqueles que, enquanto classe, dele não se beneficiam. É possível verificar que jovens negros, pobres, moradores das periferias das cidades são pinçados às IES públicas por meio

³¹ Armando Boito Jr. “Hegemonia neoliberal e governo Lula”. *Revista Crítica Marxista*. Rio de Janeiro, Editora Revan, nº 17, 2003, p. 4.

da política de cotas e às IES particulares por meio do Prouni. Mas disso não se pode concluir que, com tais políticas, esteja em curso uma mudança na natureza de classe do ensino superior brasileiro.

A bandeira da democratização do ensino por meio do Prouni também atraiu, como já mencionamos, os setores operários organizados. A posição de cinco centrais sindicais – CUT, CGT, Força Sindical, CGTB e CAT – está expressa no documento intitulado “Ensino para Todos! 50% para as públicas”. Segundo seus signatários, “concordamos com a proposta, já prevista em lei, de transformar os 20% das vagas das universidades privadas isentas de tributos, em bolsa integral para alunos provenientes da escola pública e de famílias de baixa renda, como medidas emergenciais na ampliação do acesso”³². Jorge Venâncio, coordenador de alfabetização da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil, afirmou, durante um seminário realizado pelo MEC com as entidades sindicais, que a reforma da educação superior deve fazer com que os trabalhadores tenham presença mais expressiva nas universidades. Para ele, “o sistema de cotas vai revolucionar o meio universitário, pois vai permitir a entrada em massa de alunos das classes mais pobres”³³. A expectativa de acesso dos setores populares ao ensino superior é justa. Mas a crença na democratização social por meio do Prouni e na neutralidade da reforma universitária é questionável. Não causa espanto se esta posição é defendida por uma central como a Força Sindical, historicamente identificada com o neoliberalismo e com a visão de parceria entre capital e trabalho. Mas, quando entre signatários e apoiadores do documento está a CUT, há que se perguntar: quais as razões deste apoio?

A participação de lideranças da CUT em campanhas publicitárias de algumas IES particulares leva-nos a algumas conclusões que extrapolam o terreno da investigação científica. Mas, à parte o denunciado processo de cooptação de lideranças sindicais pelo governo Lula, há que se considerar aquilo que enunciamos na introdução deste artigo. O neoliberalismo tem se utilizado, de forma habilidosa, de algumas históricas bandeiras da esquerda para lograr seus interesses. Ao aludir aos privilégios do ensino superior brasileiro e propor, como forma de confronto a estes privilégios, políticas que estimulam a expansão do ensino privado, a “privatização branca” do ensino público, o estreitamento entre universidade e empresa, o governo Lula não enfrenta as reais causas da existência de um histórico sistema elitista e utilitarista. Mais do que isto, este governa estimula o ressentimento de classe e, ao fazê-lo, sela um quadro de dominação ideológica burguesa complexo e politicamente eficaz.

³² Brasil, Ministério da Educação, “Ensino para Todos! 50% para as públicas”. Publicado em 9/07/2004. Ver: <http://www.educacao.gov.br/reforma/Documentos/DOCUMENTOS/2004.7.23.15.15.56.pdf>. Consultado em 15 de novembro de 2007.

³³ Brasil, Ministério da Educação, Ver: “Reforma do ensino superior recebe contribuições de centrais sindicais”. Publicado em 20/10/2004. Ver: http://mecsrv04.mec.gov.br/reforma/Noticias_Detalhe.asp?Codigo=7256. Consultado em 15 de novembro de 2007.

IV. Conclusão

Com este artigo procuramos analisar os interesses políticos e ideológicos que estão ocultos nas várias ações que compõem a política para o ensino superior do governo Lula. Procuramos, também, evidenciar que a proposta de reforma do ensino superior do governo Lula encontrou – apesar dos conflitos inerentes a esse processo – forças aliadas (burguesia financeira, nova burguesia de serviços e burguesia industrial) e forças apoio (classes médias e alguns setores populares). O cenário apresentado é, portanto, muito adverso às forças sociais contrapostas. Mas estas forças sociais – setores do movimento estudantil que fazem hoje oposição à direção da UNE, a Coordenação Nacional de Lutas e setores organizados do funcionalismo público federal e estadual (associações docentes) resistentes ao desmonte da universidade pública – têm lutado no plano teórico e político contra a política para o ensino superior do governo Lula. Estas forças, ainda que minoritárias, têm procurado denunciar o caráter regressivo das reformas em curso, bem como mobilizar estudantes, professores, funcionários públicos em geral e demais segmentos sociais em torno de uma tarefa política tão difícil, quanto necessária: barrar o processo de privatização do ensino superior e de desmonte do modelo universitário público brasileiro.